

# QUALIDADE VISUAL PERCEBIDA E MOBILIÁRIO URBANO: O EFEITO DA AGRADABILIDADE

**CASTILLO, Leonardo Augusto Gómez (1);**

**OLIVEIRA, Lorena Gomes Torres de (2)**

(1) Universidade Federal de Pernambuco, PhD.

e-mail: [leonardo.castillo@ufpe.br](mailto:leonardo.castillo@ufpe.br)

(2) Universidade Federal de Pernambuco, Mestranda

e-mail: [lorenagomestorres@gmail.com](mailto:lorenagomestorres@gmail.com)

## RESUMO

Esta pesquisa surgiu ao considerar que a qualidade do projeto e desempenho dos espaços públicos dependem do atendimento das necessidades dos usuários, torna-se importante estudar como os usuários percebem a forma do mobiliário urbano. Tem como objetivo explorar critérios que os participantes abordados na pesquisa utilizam para a avaliação de diversas tipologias de mobiliário urbano. Com a Teoria das Facetas verifica-se a aderência da agradabilidade dos referidos mobiliários segundo a visão do grupo dos especialistas e não-especialistas. Chega-se a evidência de que a forma do mobiliário e a estrutura configurativa é o determinante para a agradabilidade.

**Palavras chave:** Mobiliário urbano, Qualidade visual percebida, Teoria das Facetas.

## ABSTRACT

*This research came to the opinion that the quality of the design and performance of public spaces depend on meeting the needs of users, it becomes important to study how users perceive the form of urban furniture. Aims to explore criteria that participants addressed in this study used to evaluate various types of urban furniture. With the Theory of Facets there is the adhesion of the pleasantness of the securities referred to according to the group's vision of specialists and non-specialists. It is even evidence that the shape of the furniture and the configurative structure is decisive for the pleasantness.*

**Keywords:** Urban furniture; Perceived visual quality; Facet Theory.

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo da qualidade visual percebida dos mobiliários urbanos com função de permanência (artefatos para sentar, se apoiar, ou deitar) apresenta-se como um elemento fundamental desde a sua concepção até a implantação. Nesse processo, as visões dos especialistas (arquitetos, urbanistas e designers) e dos não-especialistas deve ser considerada ao longo do processo, a fim de determinar a configuração dos diversos elementos e sua adequação e atendimento às necessidades dos usuários. Na análise das diferentes visões dos dois grupos em relação à qualidade visual percebida dos mobiliários urbanos, o presente estudo propõe um modelo de avaliação baseado na Teoria das Facetas, a fim de evidenciar que a forma do mobiliário e sua estrutura configurativa, ou seja os diferentes elementos e a forma como estes estão organizados espacialmente, é determinante para a agradabilidade, ou grau de aceitação por parte dos usuários.



## 2. MOBILIÁRIOS URBANOS: DO PERMANENTE AO POP-UP

Mobiliário urbano são como elementos de diferentes escalas incluídos nos espaços abertos urbanos, sendo complementares ao conjunto de edificações que constituem a cidade. Desta forma, Kohlsdorf (1996), trata o mobiliário urbano como integrante dos elementos complementares do espaço urbano, afirmando que esses elementos possuem características de maior mobilidade e menor escala e muitas vezes são os principais responsáveis pela imagem dos lugares. Já para Serra (2000) o conceito de mobiliário urbano é relativamente novo e o termo seria incorreto ou insuficiente para definir um conjunto de artefatos que não possuem apenas a função de mobiliar ou decorar a cidade, mas, por outro lado, oferecer soluções às necessidades urbanas dos cidadãos relacionado à prestação de serviços, conforto e lazer. Assim, o termo mobiliário urbano adotado neste artigo será: objetos em diferentes escalas, componentes da paisagem urbana, implantados no espaço público com a finalidade de auxiliar na prestação de serviços, na segurança, na orientação e no conforto dos usuários.

Planejadores das cidades e líderes públicos estão frequentemente preocupados com o fazer em larga escala, a mudança transformadora no ambiente construído, no entanto são itens caros e requerem um investimento substancial de tempo, político, social e financeiro. Na busca do progresso, cidadãos, em alguns lugares, são convidados a participar de um processo invertido: ao invés de serem informados, ou consultados a contribuir com opiniões sobre uma intervenção pré-definida, os moradores são convidados a reagir às propostas vindas de cima para baixo, ou seja, dos planejadores e líderes partindo do seu próprio interesse, numa escala que os moradores têm pouco controle.

Porém, muitas são as vantagens observadas na inclusão do usuário no desenvolvimento do Design. Sem o envolvimento do usuário não é possível identificar com clareza e precisão suas necessidades, evitar o retrabalho, melhorar o nível de aceitação do sistema, além de propiciar um uso mais efetivo. É nesse sentido da busca de cidadãos resilientes, superando os desafios inerentes desse processo público que surgem alternativas táticas disponíveis e prontas para implantação. Esta abordagem permite uma série de atores locais, testar novas conceitos antes de fazer compromissos políticos e financeiros substanciais, visando a melhoria dos lugares públicos. Às vezes sancionado, às vezes não, essas ações são comumente referidas como “urbanismo tático”, “urbanismo de guerrilha”, “pop-up urbanismo”, ou “urbanismo DIY”. No artigo, trataremos os termos como sinônimos.

É nesse cenário que os mobiliários urbanos pop-up (remete-se aqui o termo o mesmo que DIY, e não experimentos bi-tridimensionais da forma, a partir de operações feitas em superfícies planas como papel) se inserem, facilitando a convivência social e o intercâmbio de experiências individuais e coletivas, desde o projeto até a sua utilização. Segundo, Rosa (2013), dão vida às fronteiras e ativam espaços vazios; projetam seu ambiente espacial de um modo produtivo, possibilitando que as pessoas locais o habitem. Participação, auto-ajuda assistida e transferência de poder a atores locais têm sido amplamente reconhecidas como pré-requisitos para ‘a boa governança urbana’ e para a integração de grupos marginalizados com igual participação no espaço urbano.

Corroborando com esse pensamento, Francis (1991) defende a ideia que o projeto e a implantação do mobiliário urbano podem trazer oportunidades para melhorar o relacionamento humano. O uso dos espaços urbanos é um fator de qualificação, pois locais mais freqüentados tendem a ser mais bem sucedidos (WHYTE em FRANCIS, 1991) do que aqueles menos ou não freqüentados. A maneira como as pessoas percebem os espaços está diretamente relacionada com o uso que elas fazem desses locais (FRANCIS, 1991). Nesse sentido, identificar os fatores que interferem no uso dos espaços é uma forma de contribuir para ambientes mais satisfatórios, entendendo aqui o mobiliário urbano como um desses fatores que influencia na escolha das pessoas por utilizarem determinado espaço da cidade, sendo ele associado ao conforto dos ambientes públicos (FRANCIS, 1991; ALFONZO, 2005; WHYTE, 1980). Logo, a presença desses mobiliários urbanos é uma característica capaz de influenciar na decisão sobre quais os espaços públicos são os mais confortáveis e agradáveis para serem freqüentados (WHYTE, 1980; FRANCIS, 1991).



### 3. QUALIDADE VISUAL PERCEBIDA

A qualidade visual é um aspecto físico-espacial que contribui com a aparência das cidades e afeta o bem estar dos indivíduos, cujos sentidos são estimulados através da continuidade, variedade e padrões formais existentes nos espaços urbanos, bem como por meio de imagens elaboradas a partir do processo cognitivo do indivíduo (REIS, 2002). A qualidade visual percebida é uma construção psicológica que envolve avaliações subjetivas, afirma Costa Filho (2012). Dentro dessa perspectiva, uma paisagem urbana com seus mobiliários urbanos, terá uma resposta estética favorável ou parecerá boa suficiente se um número significativo de pessoas comuns que a experienciam regularmente, ao invés de especialistas, assim acharem. Assim, a qualidade visual dos mobiliários urbanos será medida neste artigo através dos julgamentos avaliativos que os participantes abordados expressarem para um conjunto de fotografias coloridas com cenas reais desse tipo de produto. Para serem relevantes, portanto, sintetiza Costa Filho (2012) esses julgamentos devem focar nas dimensões de avaliação e de sentimentos que as pessoas realmente utilizam para avaliá-las.

O mobiliário urbano, enquanto um componente da paisagem, para ser considerado qualificado, deve atender requisitos estéticos (LANG, 1994). Muitas pessoas entendem a estética como algo que varia para cada pessoa, embora pesquisas demonstrem que é possível estudar cientificamente e quantitativamente atributos estéticos, identificando padrões de preferência (NASAR, 1997). A estética urbana considera a beleza um atributo intrínseco aos objetos, o que permite estudá-los enquanto influenciadores da qualidade do espaço (NASAR, 1997; LANG, 1994). Para garantir uma resposta estética positiva e significativa é importante saber quais os aspectos perceptíveis dos lugares que estão associados a significados favoráveis. Para esse tipo de resposta humana, entretanto, Nasar (1998) propõe a substituição do termo "resposta estética" por "resposta avaliativa", para transmitir um significado mais amplo e eliminar associações com a expressão artística.

Os psicólogos Ward & Russel (1981), na perspectiva do significado emocional para as cenas urbanas, destacam que o prazer é uma dimensão puramente avaliativa, usando diversas estratégias de pesquisa e medidas, examinaram essa questão e encontraram quatro dimensões para as respostas avaliativas: agradável, estimulante, excitante, relaxante. O estímulo independe da dimensão avaliativa. A excitação e o relaxamento envolvem misturas de avaliação e estímulo. Ainda acrescentam que as pessoas experienciam lugares excitantes como mais agradáveis e estimulantes do que os tediosos; e lugares relaxantes como mais agradáveis, porém menos estimulante do que os angustiantes (COSTA E FILHO, 2012). Russell (1988) admite que esse tipo de avaliação afetiva ocorra quando uma pessoa julga que alguma coisa tem qualidades afetivas. As avaliações afetivas, portanto, assemelham-se às emoções no que se refere às sensações afetivas. Russell ainda acrescenta que, para distinguir as avaliações afetivas de outros aspectos da interpretação ambiental, deve-se dividir o significado do ambiente em dois componentes: afetivo e não afetivo. Palavras como agradável, desagradável e estressante descrevem componentes afetivos. Já palavras como verde, alto, velho descrevem componentes físicos. Algumas palavras, entretanto, combinam esses dois componentes: perigoso descreve lugares onde o dano é provável e que são assustadores.

Estudos recentes, de acordo com Nasar (1998), confirmam forte consenso na preferência do ambiente. O significado pode variar com as condições socioculturais, mas os moradores de uma área e os grupos socioculturais provavelmente terão significados culturais compartilhados em relação aos seus ambientes, expõe o autor. Outros estudos, ainda segundo o autor, também confirmam preferências similares através da cultura. Nesse caso, embora indivíduos e grupos possam ter preferências idiossincráticas, eles geralmente concordam sobre certos componentes que tornam a forma urbana desejável. Esses achados sugerem que a beleza de um ambiente é menos qualitativa e subjetiva do que muitas pessoas imaginavam.



Dentro dessa perspectiva, a presença de ordem na disposição do mobiliário urbano pode ser associada à qualidade da paisagem. A existência de ordem, também denominada de coerência, é fundamental ao ser humano e implica a percepção de unidade e de uma estrutura na organização dos elementos compositivos (NASAR, 1997; LANG, 1994; REIS, 2002). Um ambiente ordenado possui princípios baseados em sistemas proporcionais, que provocam sensações agradáveis às pessoas (LANG, 1994). Alguns aspectos do ambiente como baixo contraste entre elementos ou entre objetos e seu contexto estão associados com a ordem de uma paisagem (NASAR, 1997). Outros fatores, como repetição de objetos e uniformidade de texturas, por exemplo, contribuem para a coerência e a legibilidade da cena. O mobiliário urbano, cuja implantação apresente atributos de ordem, tende a produzir espaços visualmente mais agradáveis se comparados a outros, onde os elementos estejam desordenados. A disposição ordenada do mobiliário urbano, além da redução de elementos, como postes, fios de luz e outdoors, por exemplo, produz uma melhor avaliação da paisagem das ruas (WINKEL, MALEK & THIEL, 1970 apud NASAR, 1997).

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para definir a qualidade visual percebida dos mobiliários urbanos, sendo eles pop-up's ou não, detendo-se aos com função de permanência (ou seja, artefatos para sentar, se apoiar, ou até mesmo deitar), pela visão dos arquitetos/urbanistas e designers, tidos como especialistas no assunto, e pela visão dos habitantes, os não-especialistas, são apresentadas uma série de imagens as quais serão avaliadas por meio da Teoria das Facetas (TF), onde é aplicada em diversas áreas de conhecimento e permite relacionar conceitos e dados para facilitar sua autenticidade em sistemas multidimensionais. Ela recorre a teoria dos conjuntos e baseia-se em sistematizar categorias para a classificação das observações empíricas dos entrevistados. O conjunto das facetas escolhidas definem uma sentença estruturadora que pode ser lida como uma frase através das diferentes combinações entre os elementos da sentença.

Costa Filho (2015) define que a TF não é um procedimento metodológico em si, fornecendo apenas uma base estrutural de pesquisa. É uma meta-teoria, ou seja, uma teoria sobre como formular e testar teorias. É um procedimento de pesquisa que envolve três aspectos diferentes. Primeiro, propõe princípios de como coordenar pesquisas para a coleta sistemática de dados, facilitando o desenvolvimento de teorias. Segundo, apresenta uma grande variedade de métodos para a análise de dados sem restrições estatísticas e, por isso, é adequada para analisar grande variedade de variáveis psicológicas e sociais. Terceiro, relaciona sistematicamente o desenho da pesquisa com o registro dos dados e a análise estatística, ou seja, facilita expressar hipóteses e testar empiricamente a sua validade (BILSKY, 2003).

Já o conjunto das facetas colabora para a facilidade da construção dos itens da pesquisa e o projeto da coleta de dados, visando controlar os níveis teórico e empírico da pesquisa, refletindo-se em estruturar dados empíricos. É lida da esquerda para a direita. As perguntas e explicações que serão propostas são determinadas pelas facetas e suas interrelações especificadas na sentença estruturadora, além de nortear a construção do procedimento de coleta dos dados, defende Bilsky (2003).

O quadro 1 expõe a sentença estruturadora ou mapeadora desta pesquisa, com o nome das facetas de conteúdo e seus elementos. Todas essas facetas que foram utilizadas para descrever o objeto estudado estão presentes na sentença estruturadora geral de avaliação dos mobiliários urbanos, quanto à qualidade visual percebida. A primeira faceta (background) refere-se à população amostral abordada. As facetas A, B, C, D abordam o conteúdo das variáveis pesquisadas. Esses dois tipos de facetas juntas determinam o campo de interesse dessa pesquisa (domínio). O último tipo de faceta presente na sentença se refere ao universo de respostas possíveis (racional).



De acordo com essa sentença estruturadora geral, os elementos das facetas de conteúdo e foco, podem ser organizadas através de uma forma parecida com uma análise combinatória matemática, produzindo ao todo 24 diferentes conjuntos ( $A_2 \times B_2 \times C_3 \times D_2 = 24$ ). A seta indica o conjunto de possibilidades de respostas, ou seja, cada um desses estruturantes compartilha de um racional comum que apresenta a variedade de cinco respostas possíveis.

**Tabela 1 - Sentença estruturadora geral de avaliação dos mobiliários urbanos**

o observador (especialista   não especialista) avalia que mobiliários urbanos com características de				
(REFERENTE)				(FOCO)
(A) FORMA	(B) COR	(C) MATERIAL		(D) ESTRUTURA CONFIGURATIVA
(A1) Orgânica	(B1) Suave	(C1) Natural	numa figura com	(D1) Ordem
(A2) Não-orgânica	(B2) Intenso	(C2) Sintético		(D2) Complexidade
		(C3) Misto		
remetem a uma qualidade visual percebida do espaço urbano				
<b>RACIONAL COMUM</b>				
(1) Nada; (2) Pouco; (3) Mais ou menos; (4) Muito; (5) MUITÍSSIMO				

A sentença estruturadora geral, de acordo com Costa Filho (2012) se apoiando em Monteiro (1989), é uma referência inicial da pesquisa, que será analisada através dos resultados empíricos para confirmar ou refutar essa estrutura proposta. As interpretações dos dados poderão promover informações para construir ou não uma nova sentença estruturadora como consequência direta dos resultados empíricos.

Nesta pesquisa, será utilizado um conjunto de fotografias coloridas de mobiliários urbanos, de diversos estilos e marcas, como elementos de estímulo a serem apresentados a população amostral desta pesquisa para classificações. A construção desse conjunto de fotografias está associada às variáveis desta pesquisa, presentes na sentença estruturadora geral para qualidade visual percebida dos mobiliários urbanos (Tabela 1). Dessa forma, o número de elementos de estímulos para as classificações, baseado no mapeamento dos elementos internos das facetas de conteúdo, são 24 diferentes modelos de mobiliários urbanos. Para as classificações, foram utilizadas imagens coloridas em tamanho de 10x15cm. As imagens dos mobiliários urbanos foram retiradas de sites diversos, impressas em papel para ser expostas aos especialistas (designers, arquitetos/urbanistas) e não-especialistas no assunto entrevistados.










As fotografias, de acordo com Costa Filho (2012), apoiando-se em Nasar e Hong (1999), representam uma maneira conveniente para obter respostas sobre grande variedade de objetos de estudo, e diversas pesquisas confirmam que o uso de fotografias coloridas é uma medida válida para se obter respostas tal qual diante das peças/lugares reais, especialmente sobre questões visuais.

O principal instrumento desta pesquisa para coletar informações empíricas é o Sistema de Classificações Múltiplas, que relaciona um conjunto de 24 imagens coloridas com diferentes mobiliários urbanos, rotuladas no verso de 01 a 24.



**Figura 1a - Modelos de mobiliários urbanos representando as relações entre as facetas de formato, efeito cromático, material e estrutura configurativa.**

Forma		Cor		Material		Estrutura Configurativa	
A1	Orgânico	B1	Suave	C1	Natural	D1	Ordem
				C2	Sintético		
A2	Não-orgânico	B2	Intenso	C3	Misto	D2	Complexidade

		
mobiliário 01 - A1B1C1D1	mobiliário 02 - A1B1C1D2	mobiliário 03 - A1B1C2D1
		
mobiliário 04 - A1B1C2D2	mobiliário 05 - A1B1C3D1	mobiliário 06 - A1B1C3D2
		
mobiliário 07 - A1B2C1D1	mobiliário 08 - A1B2C1D2	mobiliário 09 - A1B2C2D1



**Figura 1b - Modelos de mobiliários urbanos representando as relações entre as facetas de formato, efeito cromático, material e estrutura configurativa.**

Forma		Cor		Material		Estrutura Configurativa	
A1	Orgânico	B1	Suave	C1	Natural	D1	Ordem
				C2	Sintético		
A2	Não-orgânico	B2	Intenso	C3	Misto	D2	Complexidade



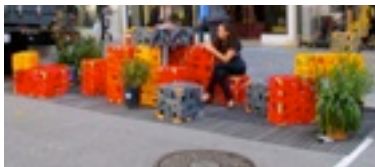
		
mobiliário 10 - A1B2C2D2	mobiliário 11 - A1B2C3D1	mobiliário 12 - A1B2C3D2
		
mobiliário 13 - A2B1C1D1	mobiliário 14 - A2B1C1D2	mobiliário 15 - A2B1C2D1
		
mobiliário 16 - A2B1C2D2	mobiliário 17 - A2B1C3D1	mobiliário 18 - A2B1C3D2
		
mobiliário 19 - A2B2C1D1	mobiliário 20 - A2B2C1D2	mobiliário 21 - A2B2C2D1



**Figura 1c - Modelos de mobiliários urbanos representando as relações entre as facetas de formato, efeito cromático, material e estrutura configurativa.**

Forma		Cor		Material		Estrutura Configurativa	
A1	Orgânico	B1	Suave	C1	Natural	D1	Ordem
				C2	Sintético		
A2	Não-orgânico	B2	Intenso	C3	Misto	D2	Complexidade

		
mobiliário 22 - A2B2C2D2	mobiliário 23 - A2B2C3D1	mobiliário 24 - A2B2C3D2

Antes de começar o procedimento das classificações, cada participante abordado fornece informações sobre características individuais, que possibilitem a descrição das especificidades da amostra. A execução do procedimento inicia-se com as classificações livres, em que o respondente fica livre para definir o critério que define as categorizações, para possibilitar maior liberdade e familiaridade com o procedimento. Antes de realizar a categorização das diferentes imagens de mobiliários urbanos, o participante foi apresentado aos elementos de estímulo, instruindo-os a olharem as fotos e, em seguida, classificá-las em grupos, de tal forma que todas as fotos do mesmo grupo fossem semelhantes entre si e diferentes daquelas dos outros grupos. Podendo classificar as imagens em quantos grupos quiser e colocar quantas fotos desejar em cada grupo. Ao termino, precisaria informar o critério tomado para realizar a classificação e aquilo que as fotografias de cada grupo têm em comum.

Após o participante ter realizado as classificações livres iniciavam-se as classificações dirigidas, que se referiam as categorias dos mobiliários urbanos. Nas classificações dirigidas o entrevistado também recebia instruções do entrevistador. Para solicitar esse tipo de classificação, pediu-se para o entrevistado ordenar as imagens pela facilidade de despertarem a sua vontade de estar lá ou utilizar os mobiliários urbanos.

As classificações livres têm como objetivo explorar critérios que os participantes abordados na pesquisa, utilizam para a avaliação dos mobiliários urbanos. Já a classificação dirigida, tem a finalidade de verificar a aderência a agradabilidade dos mobiliários urbanos, segundo a visão do grupo dos especialistas e não especialistas.

## 5. RESULTADOS

A faceta que representa a população amostral desta pesquisa representa o grupo dos especialistas do assunto, ou seja, os designers e arquitetos/urbanistas e os não-especialistas da cidade de Natal-RN. Essa escolha foi devido a conveniência da presente autora residir nessa cidade e poder realizar a pesquisa pessoalmente no espaço de tempo disponível. No total de 20, sendo 10 especialistas e 10 não-especialistas foram submetidos

às classificações. A pesquisa de campo ocorreu no mês de julho de 2015, nas residências e trabalho dos participantes. Todas as entrevistados mostraram interesse no processo e tudo ocorreu como o esperado. A Tabela 2 mostra a distribuição dos habitantes não especialistas no assunto participantes desta pesquisa quanto ao sexo, idade, escolaridade e faixa de renda.

**Tabela 2 - Caracterização dos não-especialistas**

Não-especialistas da cidade de Natal (N=10)											
SEXO		IDADE (ANOS)									
M	F	- de 29		30 a 39			40 a 49	+ de 50			
2	8	20	21	33	37	38	44	55	57	60	65
20%	80%	20%		30%			10%	40%			
100%		100%									
ESCOLARIDADE*						RENDA (SALÁRIOS MÍNIMOS)					
F/I	F/C	M/I	M/C	S/I	S/C	Até 2	3 a 4	5 a 10	11 a 20		
-	1	-	1	1	7	4	3	2	1		
-	10%	-	10%	10%	70%	40%	30%	20%	10%		
100%						100%					

Quanto às especificidades dos habitantes não especialistas há predominância do sexo feminino entre os participantes desta pesquisa; a grande maioria tem idade acima de 50 anos (40%); todos têm escolaridade acima do nível fundamental completo e a grande maioria ganha menos de dois salários mínimos (40%).

**Tabela 3 - Caracterização dos especialistas**

Especialistas da cidade de Natal (N=10)												
SEXO		IDADE (ANOS)										
masculino	feminino	- de 29								30 a 39	40 a 49	50 a 59
5	5	22	25	25	26	26	27	28	29	36	-	55
50%	50%	80%								10%	-	10%
100%		100%										
TEMPO FORMAÇÃO SUPERIOR (ANOS)									TEMPO EXPERIÊNCIA NO ASSUNTO (ANOS)			
- de 5	5 a 10	11 a 20		21 a 30		+ de 30			- de 5	5 a 10	+ de 10	
6	4	-		-		-			6	4	-	
60%	40%	-		-		-			60%	40%	-	
100%									100%			

Os especialistas no assunto, ou seja os designers, arquitetos/urbanistas participantes teve empate quanto ao sexo; a maioria tem idade menor que 29 anos (80%), é formada, predominantemente há menos de 5 anos (60%), assim como a experiência no assunto (ver tabela 3). Quanto a classificação livre, as razões utilizadas pelos habitantes não especialistas para fundamentar suas classificações, a partir da frequência com que foram descritas e em ordem decrescente, essas descrições enfatizam: a forma do mobiliário, o material escolhido, a questão do conforto, a função a que se destina o mobiliário e a localização do mobiliário na paisagem urbana.

O critério mais indicado pelo subgrupo dos especialistas abordado, como norteadores de suas categorizações, foi novamente a forma do mobiliário, em seguida ficou a interação das pessoas com outras pessoas ao utilizar o mobiliário, logo após o critério foi a reprodutibilidade, ou seja, a capacidade que as pessoas teriam de fazer o modelo, depois foi a função, e por último empatados foram o conforto do mobiliário e o material utilizado.

Quanto à correlação dos 24 itens ou mobiliários urbanos utilizados para abordar os 20 participantes desta pesquisa, sobre a qualidade visual percebida no espaço público, revela que para os não-especialistas, os mobiliários 4, pela sentença estruturadora o racional comum foi o muitíssimo fácil de despertar a vontade de estar lá ou utilizá-lo. O mobiliário 10 foi o mais escolhido como muito fácil para despertar a vontade, já o mais dito mais ou menos fácil foi o mobiliário 20, o pouco empatados os números 17, 19 e 23 e o nada ou nula a vontade de estar utilizando o mobiliário 5. Já para os especialistas, o mobiliário urbano pop-up que muitíssimo despertou o a vontade de estar lá ou utilizá-lo foi o 10, ficando o de número 8 o escolhido por despertar muito fácil a vontade. Como mais ou menos fácil ficaram empatados os mobiliários 1, 2, e 11. Já o pouco fácil de despertar a vontade foi o mobiliário urbano 13 e por fim o número 5 com nada fácil de despertar a vontade de utilizar o mobiliário.

**Figura 2 - Modelos de mobiliários urbanos pop-up que mais agradaram os não-especialistas e especialistas, respectivamente.**



**Figura 3 - Modelo de mobiliário urbano que menos agradou, tanto os não-especialistas, quanto os especialistas.**



Procurando sintetizar os principais resultados obtidos sobre a extensão do consenso dos quatro subgrupos para a categorização do mobiliário urbano, quanto à forma, cor, material e estrutura configurativa foi apurado que tanto o perfil do subgrupo dos habitantes desta pesquisa, quando o subgrupo dos designers, arquitetos/urbanistas influenciado pela forma orgânica, material sintético e estrutura configurativa complexa, divergindo apenas na cor. Optando pela preferência do mobiliário 4, os habitantes não-especialista se diferem dos especialistas, que preferem o número 10. Enquanto os não especialistas preferem efeito cromático neutro, os especialistas optam pelas cores intensas, como o vermelho do mobiliário. No entanto, a semelhança está no mobiliário que menos agradou, a maioria de ambos os grupos escolheu o mobiliário 5. O conjunto da forma orgânica, utilização de materiais mistos, com cores neutras e com complexidade baixa não agradou a grande maioria dos 20 entrevistados. Chega-se, portanto a evidência de que a forma do mobiliário e a estrutura configurativa é o determinante para a agradabilidade.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apurados devem ser tomados apenas como um recorte, pois se tratam de uma pequena amostra e não faz uso de programas computacionais para auxiliar na tabulação dos resultados propícios para utilização da Teoria das Facetas. Não devem serem considerados simplistas, pois se tratam de uma compreensão para o tipo de elemento de estímulo apresentado aos participantes abordados como suporte para as classificações, os subgrupos sociais selecionados, e o local e a época em que a investigação foi realizada.

Com isso, as questões relativas à interferência do mobiliário urbano na qualidade visual da paisagem necessitam ser consideradas para a criação de espaços mais agradáveis aos seus usuários.

Admiti-se que a qualidade visual percebida dos mobiliários urbanos é uma construção psicológica que envolve avaliações subjetivas e o sentimento das pessoas. Para isso foi considerado ainda a maneira como grupos de não especialistas e especialistas no assunto compreendem esse tipo de produto.

Diante do exposto, levantam-se ainda algumas questões para refletir: qual abordagem é mais válida em termos de equipamentos urbanos a dos especialistas no assunto ou a dos não-especialistas? Qual instrumento pode ser criado ou utilizado para dar mais voz aos não-especialistas na concepção do projeto de mobiliários urbanos? Como aumentar a aderência dos não-especialistas interessados nesse processo? O que podemos fazer para não haja um abandono maior por parte do poder público dos mobiliários urbanos já existentes?

Ressalta-se portanto, a importância de se acondicionar esses ambientes públicos de forma que se obtenha mais urbanidade para as cidades.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONZO, Mariela A. To Walk or Not to Walk? The Hierarchy of Walking Needs. **Environment and Behavior**, no37, 2005. Disponível em: <<http://pwm.sagepub.com/cgi/content/>>. Acesso em:06/06/15.

BILSKY, Wolfgang. A Teoria das Facetas: noções básicas. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 357-365, 2003.

COSTA FILHO, Lourival Lopes. **Midiápolis**: comunicação, persuasão e sedução da paisagem urbana midiática. 2012. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco.

\_\_\_\_\_. **Teoria das facetas**, 07-27 de maio de 2015. Notas de Aula: Mimeografado.



FRANCIS, Mark. Urban Open Spaces. In: ZUBE, E., MOORE, G. (orgs.). **Advances in Environment, Behavior and Design**, vol. 1, p.71-106,1991.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

LANG, Jon. **Urban Design: the american experience**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1994.

NASAR, Jack. **New Developments in Aesthetics for Urban Design**. In: MOORE,G. & MARANS. New York: Plenum Press, 1997.

\_\_\_\_\_. **The evaluative image of the city**. London: SAGE, 1998.

REIS. A.; LAY M. C. Avaliação da qualidade de projetos: uma abordagem perceptiva e cognitiva. **Revista Ambiente Construído**, Porto Alegre, vol. 6, n° 3, p. 21-34, jul/set, 2006.

REIS, Antônio Tarcísio da Luz. **Repertório, Análise e Síntese: uma Introdução ao Projeto Arquitetônico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

RODRIGUES, M. S. **A contribuição do patrimônio cultural na qualidade visual da paisagem urbana**. 2010. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.

ROSA, Marcos L. **Microplanejamento: Práticas Urbanas Criativas**. São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

RUSSEL, James. Affective appraisals of environments. In NASAR, Jack. (Ed.). **Environmental aesthetics: theory, research, and application**. New York: Cambridge University Press, 1988.

SERRA, J. **Elementos Urbanos**. Urban elements. 4ª ed. Barcelona, ES: Gustavo Gilli, 2000.

WARD, Lawrance; RUSSEL, James. Cognitive set and the perception of place. **Environment and Behavior**, v. 13, n. 5, 1981. p. 219-235.

WHYTE, William H. **The Social Life of Small Urban Spaces**. Washington: The Conservation Foundation, 1980.

